

## REQUERIMENTO Nº DE 2015 - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências, pelo prazo de 8 (oito) meses.

### JUSTIFICAÇÃO

A administração pública brasileira está viciada por práticas contrárias a uma boa gestão da coisa pública. A máquina pública sofre com falta de profissionalismo e continuidade das ações e projetos de governo. Nesse contexto se insere o grave problema das obras inacabadas neste país. Muitas vezes os governantes iniciam uma obra em ano eleitoral, mesmo sem adequado planejamento e recursos em caixa, para ganhar votos e se reeleger, ou eleger o seu sucessor.

Esse grave problema de obras inacabadas se espalha pelo país e é o reflexo mais claro de desperdício de dinheiro público e da má gestão do Estado brasileiro. Dentre as obras inacabadas, temos pontes que não são concluídas e rodovias que não são terminadas em tempo adequado e o investimento realizado é perdido por



SF/15564.98529-99

conta de corrosão. Esses recursos desperdiçados poderiam ir para a melhoria de hospitais, de escolas públicas ou para se atender às verdadeiras prioridades da população.

Nos dizeres do ex-ministro do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo:

*Uma obra inacabada desperta a indignação de toda a sociedade. Na quantificação do potencial prejuízo que o estado de paralisação de um empreendimento acarreta aos cofres públicos, além de se considerar o montante nele empregado até a paralisação, devem ser levadas em conta outras circunstâncias: a não-realização dos benefícios que a utilização da obra inconclusa geraria para a população e o custo associado ao desgaste das estruturas e parcelas já concluídas, que, por permanecerem muito tempo sem execução, acabam sendo degradadas pela ação deletéria do tempo e das intempéries.*

*Em resumo, uma obra paralisada gera muito mais prejuízo do que apenas aquele representado pelos recursos até então inutilmente nela empregados.*

Reconhecendo a gravidade desse problema, o Senado federal já estudou questão das obras inacabadas em outras duas oportunidades. Em 1995, a Comissão Especial de Obras Inacabadas apresentou relatório final que listou mais de mil obras naquela situação, e apresentou sugestões de aprimoramento do processo de condução e controle de obras públicas. O relatório concluiu, ainda, pela criação de mecanismos de acompanhamento no âmbito do próprio Senado, que nunca foram implementados.



Já em 2003, foi instalada uma subcomissão permanente, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cujo funcionamento durou apenas até 2005. Nos dez anos que se passaram desde então, nada mudou na sistemática de acompanhamento das obras pelo Senado Federal, e o problema ainda permanece longe de uma solução.

As graves consequências das obras inacabadas para a sociedade e a falta de propostas efetivas desta casa legislativa para combater o problema justificam a criação dessa subcomissão, reacendendo o debate sobre o assunto. Assim, poderemos avaliar detalhadamente este problema, realizar estudos aprofundados sobre as suas causas e propor soluções definitivas para evitar sua continuação, reforçando o papel fiscalizador do poder legislativo.

Sala da Comissão,                      de    de    .

**Senador Ataídes Oliveira**